

**INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS COMPARTILHADAS ENTRE
ORGANIZAÇÕES CIVIS E EMPRESARIAIS: CASO DO PROJETO COM
HORTALIÇAS EM MUNICÍPIOS QUE ABASTECEM A METRÓPOLE
PAULISTANA**

ALEXANDRE SANCHES GARCIA
Universidade Presbiteriana Mackenzie
atgempresarial@uol.com.br

INICIATIVAS SOCIOAMBIENTAIS COMPARTILHADAS ENTRE ORGANIZAÇÕES CIVIS E EMPRESARIAIS: CASO DO PROJETO COM HORTALIÇAS EM MUNICÍPIOS QUE ABASTECEM A METRÓPOLE PAULISTANA

Resumo

Esse artigo aborda a iniciativa de uma parceria entre empresas agroquímicas, uma instituição de ensino superior e organizações civis, cujo objetivo foi a conscientização e capacitação dos trabalhadores rurais, exigida pela Norma Regulamentadora 31 do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, sobre os cuidados que devem ser tomados na aplicação de defensivos agrícolas. O estudo de caso foi conduzido em dois momentos e em regiões distintas de cidades produtoras de hortaliças, próximas ao município de São Paulo. A iniciativa teve como resultado o compartilhamento de esforços entre várias instituições gerando benefícios públicos além de contribuir para a sustentabilidade ambiental.

Abstract

This article discusses the initiative of a partnership between agrochemical companies, an institution of higher education and civil organizations, whose goal was awareness and training of rural workers, required by Norm 31 of the Ministry of Labor and Employment-Labor Ministry, about the care should be taken in the application of pesticides. The case study was conducted in two stages and in different regions producing cities of greenery, near the city of São Paulo. The initiative resulted in the sharing of efforts between various institutions generating public benefits besides contributing to environmental sustainability.

Palavras-chave: iniciativas socioambientais; sustentabilidade; Norma Regulamentadora 31

Introdução

A Norma Regulamentadora nº 31 (NR 31) da Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego-MTE em de 2005, estabelece, no item 31.8.8, que o empregador rural ou equiparado, deve proporcionar capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos a todos os trabalhadores expostos diretamente.

Essa NR tem como base a Convenção 184 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, agência especializada da Organização das Nações Unidas-ONU. Os objetivos estratégicos da OIT que convergem para o que se denomina trabalho decente constituem a base para cumprir os objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU para a erradicação da pobreza e a promoção da sustentabilidade do planeta.

Embora, conforme estabelecido na norma, a obrigação seja do empregador rural, foram as empresas agroquímicas que tomaram a iniciativa e a dianteira de abarcar um projeto que, em conjunto com os sindicatos rurais e organizações governamentais, proporcionassem o cumprimento da legislação, ao mesmo tempo que tornariam seus produtos mais conhecidos e portanto, visando um incremento na sua comercialização.

Essa iniciativa das empresas agroquímicas no Brasil e organizações civis confirma a afirmação de Prahalad (2010): “Cada vez mais grandes empresas do setor privado e organizações da sociedade civil estão aprendendo a trabalhar juntas, no melhor espírito colaborativo.”

Problema de Pesquisa e Objetivo

A questão de pesquisa é: de que forma as empresas podem compatilhar iniciativas socioambientais com organizações civis e de governo compatíveis com a sua estratégia de negócios ?

O objetivo desse estudo é investigar como empresas de grande saliência no impacto social e ambiental, como as empresas agroquímicas, podem gerar benefícios à comunidade e ao meio ambiente. Para isso, foi feito um estudo de caso sobre um projeto ocorrido em dois momentos, nos anos de 2006 e 2008, e em duas regiões de São Paulo, que reuniu grandes empresas do setor de agroquímica: BASF, Arista LifeScience e FMC Química.

Além dessas empresas, o projeto envolveu uma instituição de ensino, a Faculdade Cantareira, de São Paulo, além do apoio das entidades idealizadoras do projeto, como a Câmara Setorial de Hortaliças – CODEAGRO da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a Associação Nacional de Defesa Vegetal-ANDEF e Sindicatos Rurais dos municípios de Ibiúna, Piedade e municípios que compõem o Alto Tietê (municípios de Mogi das Cruzes, Salesópolis, Suzano e Biritiba Mirim).

Esse trabalho está dividido da seguinte forma: primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica buscando estudos, teorias e exemplos que comprovam ou refutam a possibilidade do “win-win” (todos ganham) no compartilhamento de práticas socioambientais entre empresas e organizações civis; em seguida é detalhado o método de pesquisa desse artigo explorando o caso do projeto realizado em cidades que abastecem a metrópole

paulistana com produtos da horticultura; na seção análise de resultados são discutidos os benefícios obtidos com a iniciativa compartilhada entre as organizações envolvidas, finalizando com a conclusão e as referências bibliográficas.

Revisão bibliográfica

Iniciativas em que são envolvidas várias organizações, entre empresas, entidades sem fins lucrativos e governamentais, podem ser vista como a solução para aliviar a pobreza de populações carentes. Como afirma Prahalad (2010):

É preciso uma melhor forma de ajudar os pobres, que os envolva em uma parceria para inovar e atingir cenários ganha-ganha sustentáveis, dos quais sejam participantes ativamente engajados e em que, ao mesmo tempo, as empresas que os suprem de produtos e serviços obtenham lucros. (PRAHALAD, 2010, p. 49)

Trabalhadores expostos diretamente na aplicação de produtos agroquímicos na agricultura devem constantemente tomar precauções quanto ao uso desses produtos. Por falta de fiscalização, ou de supervisão ou até mesmo por desconhecimento e analfabetismo, muitos desses trabalhadores podem se contaminar no manuseio desses produtos químicos durante sua aplicação e armazenamento e ainda contaminar o meio ambiente, prejudicando a sua saúde e de todos do entorno. Sendo assim, iniciativas mais próximas aos trabalhadores na orientação da aplicação dos produtos agroquímicos conduzida por empresas ou outras instituições são vistas positivamente pela sociedade.

Perez-Aleman e Sandilands (2008, p. 27), no estudo de caso da parceria Starbuck (rede de vendas de cafés com presença internacional) e *Conservation International* (entidade não governamental com sede em Washington, EUA) concluíram que a principal motivação para parcerias entre empresas e entidades não governamentais é a legitimidade externa que as empresas procuram devido à pressão, pela sociedade, de tornarem-se socialmente responsáveis. Afirmam que:

More partnerships with local governments and NGOs-non governmental organizations could help to develop effective sustainability initiatives in this segment to achieve positive social impacts while reinforcing the company's competitiveness. (PEREZ-ALEMAN E SANDILANDS, 2008, p. 41).

Mesmo assim, há estudos que demonstram um potencial conflito de interesses quando ocorre esse tipo de iniciativa. Em um artigo que aborda o programa da associação das indústrias químicas denominada *The Chemical Manufacturing Association-CMA* para a construção do *Responsible Care Program*, espécie de inventário de produtos químicos, criado em 1989 como resposta ao declínio da opinião pública sobre as indústrias químicas, os pesquisadores da *New York University*, Andrew A. King e Michael J. Lenox, apresentam as visões conflitantes nesse tipo de iniciativa criada por essas empresas. Mas destacam que um dos princípios do *Responsible Care Program* é:

Promote the principles and practices of Responsible Care by sharing experiences and offering assistance to others who produce, handle, use, transport or dispose of chemicals. (KING E LENOX, 2000, p. 700).

Podemos observar que na exposição dos princípios do *Responsible Care Program*

está clara a preocupação e a necessidade da atuação das indústrias químicas em prover assistência aos que manuseiam, transportam e descartam seus produtos.

Michael Porter e Mark Kramer são favoráveis que as empresas criem valores compartilhados (“shared value”) com foco no progresso econômico e social. Eles afirmam que:

Corporate responsibility programs – a reaction to external pressure – have emerged largely to improve firm’s reputations and are treated as a necessary expense. (PORTER E KRAMER, 2011, p. 5).

Esses mesmos autores argumentam que, prevenindo danos à sociedade, as empresas não necessariamente elevam seus custos, porque ao inovar usando tecnologias atuais, novos métodos de operação e de gerenciamento obterão como resultado, o aumento de sua produtividade e expansão de seu mercado. Acrescentam também, que “shared value” não é distribuição de valor já criado pela empresa: “*Instead, it is about expanding the total pool of economic and social value*” (PORTER E KRAMER, 2011, p. 5).

O termo agroquímica consiste na aplicação da química na agricultura. A sua ação, objeto de estudo e meios técnicos não incide somente na produção de produtos agroquímicos, mas também na análise e prevenção de efeitos danosos de substâncias químicas tanto nas culturas como nos seres humanos (agricultores e consumidores).

Perez-Aleman e Sandilands (2008, p. 27) verificaram que as ameaças à comunidade de pequenos produtores pela degradação ambiental estão ligadas à pobreza. E que pouca atenção tem sido dada aos pequenos produtores que, como fornecedores, devem mudar suas práticas agrícolas para cumprir com as exigentes normas de sustentabilidade social e ambiental.

Depletion of forests, farmlands, watersheds, biodiversity, and soil erosion undermine productive conditions and economic survival. There is indication that small-scale producers can successfully adopt certification systems that address social and environmental conditions, improving their productive capacities (PEREZ-ALEMAN E SANDILANDS, 2008, p. 41)

Redes de supermercados no Brasil, como a Companhia Brasileira de Distribuição, proprietária das lojas de supermercado Pão de Açúcar, já adotam a prática de comprar produtos hortícolas de agricultores certificados.

O projeto aqui estudado, denominado “Hortaliças: Alimento Seguro e Saudável” permitiu às empresas parceiras participantes do projeto, alinhar os investimentos ambientais e sociais com as estratégias gerais da empresa, como por exemplo, ampliar as vendas de seus produtos e, ao mesmo tempo, adotar ações sustentáveis como o adequado descarte das embalagens vazias de agroquímicos. Esse alinhamento entre a estratégia geral da empresa e estratégias ambientais é defendido por Orsato (2006), no qual afirma que estratégias de sustentabilidade são alternativas à disposição da administração para alinhar os investimentos sociais e ambientais com a estratégia geral da empresa. O autor sugere aos gerentes executivos:

Managers will need to identify the areas in which firms can focus their environmental efforts in the pursuit of competitive advantage. Fundamentally, they have to ask: Who is valuing my environmental investments? (ORSATO, 2006, p.139)

A Norma Regulamentadora 31 - NR 31 de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, que entrou em vigor no dia 05 de maio de 2005, tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura.

O item 31.8.8 da norma estabelece que o empregador rural ou equiparado deve proporcionar capacitação sobre prevenção de acidentes com o manuseio de defensivos agrícolas a todos os trabalhadores expostos diretamente.

A capacitação prevista nesta norma deve ser proporcionada aos trabalhadores em exposição direta, mediante programa de treinamento, com carga horária mínima de vinte horas distribuídas em, no máximo, oito horas diárias durante o expediente normal de trabalho, com o seguinte conteúdo mínimo:

- Conhecimento das formas de exposição direta e indireta aos agrotóxicos;
- Conhecimento de sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros;
- Rotulagem e sinalização de segurança;
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho de aplicação de defensivos agrícolas;
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal.

A intervenção governamental como ocorrida na norma definida acima foi necessária para suprir um problema de mercado e até mesmo para incentivar práticas que visem à redução da poluição com o descarte das embalagens vazias de defensivos agrícolas, preservando os recursos ambientais.

Esse tipo de intervenção é defendido pelo pesquisador Forest Reinhardt, da Harvard Business School:

The simplest story is that government intervention is required to create the missing markets, or at least to supply alternative incentives to reduce pollution or preserve resources. (REINHARDT, 1999, p. 10)

Esse mesmo autor defende o uso do termo *rent-seeking*: um caminho para as empresas conciliarem a garantia de qualidade ambiental com o aumento dos lucros é convencer os agentes reguladores do governo a influenciar o comportamento dos competidores.

E foi isso que a Norma Regulamentadora 31- NR 31 proporcionou, embora o alvo dela tenha sido os agricultores, mas que acabou sendo conduzida por uma parceria envolvendo grandes empresas agroquímicas.

Método de pesquisa

A metodologia utilizada nesse trabalho é o estudo de caso. Para Yin (2010), a coleta de dados para o estudo de caso pode se basear em várias fontes, entre as quais, seis são consideradas mais importantes: documentação, registro em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Nesse trabalho, foram utilizadas duas dessas fontes: observação participante e documentação. O projeto “Hortaliças: Alimento Seguro e Saudável”, foi realizado em dois momentos e em duas regiões de São Paulo: no ano de 2006 nas cidades que compõe o Alto Tietê compreendendo os municípios de Mogi das

Cruzes, Biritiba Mirim, Salesópolis e Suzano e no ano de 2008, nas cidades de Ibiúna e Piedade. O projeto contou com a parceria entre seis instituições, a seguir apresentadas:

- BASF S/A – Empresa química alemã, cujo portfólio abrange desde produtos químicos, plásticos, produtos de performance para agricultura e química fina, até óleo cru e gás natural.
- FMC Química do Brasil - Empresa americana com soluções para o fornecimento de inseticidas, herbicidas e fungicidas. As iniciais FMC significam Food Machinery Corporation.
- Arysta LifeScience – Empresa japonesa que atua no mercado de proteção de plantas e ciências da vida.
- Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) - é associada da CropLife Latin América, entidade sem fins lucrativos que representa as indústrias de defensivos agrícolas no continente latino-americano. A entidade reúne oito empresas e associações em dezoito países que seguem as diretrizes do Código de Conduta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO em gestão de defensivos agrícolas, além de rigorosos parâmetros de ética e responsabilidade social em áreas tais como qualidade e respeito pela saúde pública e do meio ambiente. No Brasil, 15 empresas do setor de defensivos agrícolas são associadas da ANDEF.
- Câmara Setorial de Hortaliças da CODEAGRO (Coordenadoria do Desenvolvimento do Agronegócio) da SAA/SP (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo) – gerencia e operacionaliza as principais ações de alimentação e nutrição para população de baixa renda. Tem como objetivos fortalecer o cooperativismo e associativismo rural como meio de aumentar a competitividade dos produtos; desenvolver ações nas áreas de abastecimento, alimentação, nutrição, economia doméstica e segurança alimentar.
- Faculdades Integradas Cantareira (FIC) – localizada em São Paulo, possui entre seus cursos de graduação o curso de Agronomia, com uma Fazenda Experimental localizada no município de Mairiporã, distante a 27 km da faculdade, para uso experimental de produções vegetais e animais. Participou do projeto com o envio de estagiários para o trabalho de coleta de dados e treinamento junto aos produtores rurais e seus funcionários.

Além das organizações apresentadas acima, o projeto teve o apoio de várias outras entidades das quais se destacam: o SEBRAE-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; os Sindicatos Rurais dos municípios participantes do projeto, e; de lojas revendedoras de produtos e defensivos agrícolas localizadas nas cidades onde foram realizados esse projeto.

Basicamente cada instituição participou com a divisão dos custos do projeto, sendo que as empresas forneceram recursos financeiros para os investimentos necessários, como locação de equipamentos, material promocional como camisetas e bonés, gastos com locomoção e hospedagem dos palestrantes, e os equipamentos de EPI-Equipamentos de Proteção Individual para demonstração. A ANDEF- Associação Nacional de Defesa Vegetal produziu o material para o treinamento e a Faculdade Cantareira com a contratação e alocação de estagiários, entre seus alunos do curso de Agronomia, para a execução do projeto

no campo.

Os municípios abrangidos nesse projeto apresentam uma realidade sócio-econômica bastante ligada à agricultura, principalmente no setor de hortaliças, envolvendo trabalhadores rurais que fazem a aplicação de defensivos agrícolas.

Um levantamento feito pela CATI-Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, e o Instituto de Economia Agrícola, ambos ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, mostra que os seis municípios que possuem a maior produção de horticultura foram os municípios alvos do projeto “Hortaliças: Alimento Seguro e Saudável”, objeto desse estudo, concentrando 40% de todos os produtores do Estado de São Paulo e correspondendo a 62% da área cultivada com horticultura no Estado.

A região do Alto Tietê, com destaque para o município de Mogi das Cruzes, é uma das mais importantes regiões produtoras de hortaliças e flores do país. Destaca-se como o maior município produtor de hortaliças folhosas, com aproximadamente 2.000 produtores, onde 75% enquadram-se na categoria de micro e pequeno produtores.

Já a região de Ibiúna, Piedade e cidades ao redor apontam mais de 6.600 produtores de hortaliças, conforme levantamento feito pela CATI-Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e o Instituto de Economia Agrícola, reproduzido na tabela 1:

Tabela 1:

Produção de Hortaliças na região

Cidades	nº de produtores	Área de Produção (há)
Cotia	230	566,6
Ibiúna	2100	11521,9
Itapevi	7	12,3
Mairinque	75	395,9
Piedade	4058	17021,6
São Roque	156	640,3
Vargem Grande Pta	48	24,9
Total	6674	30183,5

Nota Fonte: LUPA-CATI-IEA de fevereiro/2006

Como exemplo, a tabela 2 demonstra os seguintes números relacionados somente à produção da cultura de Alface nessas regiões:

Tabela 2:

Alface, por Município, Estado de São Paulo, 2007/08.

MUNICÍPIO	Número de Produtores		Área		Ranking (Área)
	Número	Percentual	Hectare	Percentual	
Ibiúna	513	14,07	1.386,20	13,95	2
Mogi das Cruzes	255	6,99	1.596,50	16,07	1
Suzano	216	5,92	1.064,90	10,72	4
Piedade	215	5,90	535,40	5,39	5
Biritiba-Mirim	183	5,02	450,00	4,53	6
Salesópolis	101	2,77	1.128,00	11,35	3

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA.

Ainda segundo levantamento feito EMPLASA- Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (1998), órgão do governo do Estado de São Paulo, no município de Biritiba-Mirim mais de 70,7% dos empregos estão na agropecuária e em Salesópolis esse percentual é de 44%.

A primeira fase do projeto aqui estudado foi realizada em 2006 e abrangeu a região paulista do Alto Tietê, compreendendo os municípios de Mogi das Cruzes, Biritiba-Mirim, Salesópolis e Suzano (área hachurada no mapa da figura 1). Já em 2008, o projeto compreendeu os municípios de Ibiúna e Piedade (números 1 e 2 no mapa da figura 1).



Figura 1: Mapa dos municípios do Estado de São Paulo-EMPLASA, 2012.

Fonte: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Mapa dos municípios do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1998. Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/gsp/gsp.asp>. Acesso em: 07/03/13

O projeto consistiu primeiramente na coleta de dados junto aos agricultores dessas cidades, na qual mesmo sendo consideradas regiões tradicionais na produção de hortaliças que abastecem a população da cidade de São Paulo detectou-se uma carência enorme de informações entre os produtores e aplicadores sobre o uso dos defensivos agrícolas. Para tanto, foram organizados treinamentos para esse público abordando medidas para evitar os resíduos de produtos químicos não registrados ou acima do limite permitido nos alimentos frescos, para reduzir o risco de contaminação por defensivos e para assegurar a destinação correta das embalagens vazias, garantindo assim, a adoção das boas práticas agrícolas, além de promover a imagem das hortaliças, como alimento seguro e saudável.

Em cada região, o projeto teve a duração de seis meses, envolvendo mais de 700 famílias de produtores de hortaliças no total e contou com a participação de oito alunos contratados como estagiários pela “Faculdades Integradas Cantareira” – FIC para a realização das atividades de campo, sendo quatro alunos em cada ano do projeto.

Para a realização da pesquisa de campo, foi utilizado o Método FAFRAM-Faculdade de Agronomia “Dr. Francisco Maeda” (Ituverava – SP), que resumidamente consta de sete etapas:

1. Seleção das propriedades: Definição de metas e pesquisa de campo com levantamento das propriedades produtoras de hortaliças em cada região;
2. Cadastro das propriedades;
3. Pré-teste: Para garantir a consistência e a uniformidade das informações coletadas, foi utilizado um questionário específico para os proprietários e outro desenvolvido especialmente para os aplicadores de defensivos agrícolas. Os questionários foram aplicados e preenchidos pelos entrevistadores estagiários;
4. Definição do perfil desta população e definição dos procedimentos a serem utilizados no treinamento;
5. Treinamentos de campo;
6. Envolvimento social com a realização de um evento de lançamento e encerramento do projeto com várias atividades dirigidas à população em questão;
7. Determinação da eficácia do treinamento e avaliação das mudanças de atitudes.

A aplicação dos questionários foi realizada pelos estagiários contratados do curso de Agronomia das Faculdades Integradas Cantareira, de São Paulo.

Os treinamentos aos agricultores também foram realizados pelos estagiários, que receberam todo o material e instruções da ANDEF-Associação Nacional de Defesa Vegetal, sempre observando o seguinte:

- Cada produtor/aplicador passou por três treinamentos diferentes, ou seja, 1º-Saúde e Segurança; 2º-Usos Corretos e Seguros e; 3º- Tecnologia de Aplicação;
- Ênfase no uso de equipamentos de EPI-Equipamentos de Proteção Individual, prática de primeiros socorros e nos procedimentos de descarte das embalagens vazias de defensivos agrícolas;
- Os treinamentos foram realizados com grupos de produtores/aplicadores, que se reuniram numa das propriedades da região;
- Recursos visuais utilizados: *flip-charts*, folders, embalagens vazias de defensivos, kit de EPI-Equipamentos de Proteção Individual e pulverizadores.

Durante os treinamentos, procurou-se intercalar aula teórica e prática, assim como a utilização de técnicas pedagógicas para fixar os conhecimentos por meio de exercícios realizados sempre pelos estagiários, como por exemplo, a localização, leitura e interpretação das informações de primeiros socorros na bula dos defensivos agrícolas.

Análise dos resultados

O projeto proporcionou um benefício aos pequenos agricultores desses municípios já que enfatizou o acesso às informações sobre o correto manuseio e aplicação de produtos químicos nocivos à saúde humana, dos quais estão diretamente expostos.

O número total de trabalhadores rurais que participaram parcialmente das atividades do projeto foi 555. Desse número, 296 participantes atingiram a carga horária mínima exigida pela Norma Regulamentadora (NR) 31, que é de 20 horas.

Os que atingiram a carga horária mínima passaram por um teste final, o pós-teste, momento em que foram avaliados quanto à leitura e interpretação de informações básicas sobre temas relacionados ao uso correto e seguro de produtos fitossanitários. Os aprovados receberam um certificado de habilitação profissional para o manuseio e uso de produtos fitossanitários, de acordo com a NR 31.

Em cada uma das regiões do projeto, foram realizados dois eventos (um de abertura e outro de encerramento), com dez palestras, exposição de EPI-Equipamentos de Proteção Individual, do destino de embalagens pelo inPEV-Instituto Nacional de Processamento de Embalagens e de tecnologias de aplicação com uso de pulverizadores.

Foi atingida a carga horária de 22h30 para cada participante, superando a mínima exigida pela Norma Regulamentadora 31, que é de 20h.

Além desse investimento social, constatou-se uma criação de valor para as empresas participantes, uma vez que estavam presentes com suas logomarcas em todos os eventos: nas camisas utilizadas pelos estagiários em campo e, nos bonés dados aos agricultores participantes. Como exemplo, houve um reflexo nas vendas de produtos de EPI-Equipamentos de Proteção Individual nas regiões, pelo menos foi o que se verificou na revenda CropCenter, em Mogi das Cruzes que afirma ter vendido aproximadamente 100 kits de EPI-Equipamento de Proteção Individual no decorrer do projeto.

Iniciativa como essa, junto à população rural carente pode ser comparada, como por exemplo, o caso da empresa indiana ITC, relatado por Prahalad (2002, p. 53, tradução nossa): “O Grupo ITC uma das maiores empresas do setor privado da Índia, atuante no setor de agronegócios, instalou 970 quiosques, denominados e-Choupal (originado da palavra hindu choupal, que significa ponto de encontro) equipados com computadores e acesso à Internet, servindo 600.000 produtores rurais, visando proporcionar o aumento da produtividade dos negócios desses produtores, fornecendo informações sobre o tempo e melhores práticas de campo, além da oferta de outros serviços como análise do solo e da água”. Posteriormente, Prahalad (2010) escreve que essa iniciativa já contava com 2.000 quiosques:

A ITC assumiu o compromisso de oferecer recursos para mudar esse sistema de uma maneira que fosse justa com os agricultores e ao mesmo tempo rentável para a empresa. (PRAHALAD, 2010, p.326)

No Brasil, o governo federal adotou algo semelhante feito pela empresa ITC, da Índia. Foi criada a Rede Brasil Rural-RBR, lançada no final de 2011 para cadastro de produtores rurais. É um site na Internet pertencente a uma plataforma eletrônica de comércio que reúne cooperativas de produtores rurais, fornecedores de insumos, consumidores públicos e privados, como forma de integrar o agricultor familiar ao mercado. O projeto organiza toda a cadeia produtiva da agricultura familiar. Com a RBR- Rede Brasil Rural, o

agricultor procura os insumos de que necessita, pesquisa preços no maior catálogo de produtos do país e conhece novos mercados para oferecer sua produção.

Destaca-se, finalmente, a iniciativa das prefeituras das cidades de Ibiúna e Piedade que com o apoio da ANDEF-Associação Nacional de Defesa Vegetal construíram um armazém destinado ao recebimento das embalagens vazias dos defensivos agrícolas. Um dos temas abordados nos treinamentos aos agricultores nesse projeto foi a tríplice lavagem das embalagens vazias e o seu descarte, assegurando a destinação final correta das embalagens, enviando-as para esse armazém.

Exemplos como esses de investimento social e ambiental proporcionados por empresas e governo denotam a preocupação com retorno na forma de consequências sociais benéficas planejadas.

Barbieri e Cajazeiras (2009, p. 157) partilham dessa ideia ao explicar a noção de investimento social: “a de compromisso com a resolução de problemas sociais e envolvimento das competências e recursos da organização para alcançar resultados esperados”.

Como afirmam esses mesmos autores, investimento envolve compromisso com o alcance dos resultados esperados, alinhados com as estratégias e atividades da organização.

Sendo assim, a atuação das três empresas agroquímicas apontadas nesse trabalho e que participaram do projeto “Hortaliças: Alimento Seguro e Saudável”, atende as abordagens na literatura nacional e internacional no que diz respeito ao alívio das dificuldades das populações mais pobres, contribuindo com medidas como informações e capacitação para diminuir a exposição desse grupo de pessoas aos produtos químicos que essas empresas fabricam.

Conclusão

O artigo demonstra que é possível às empresas, a criação de valor ao mesmo tempo que contribui para a sociedade com práticas sociais e ambientais confirmando as teorias encontradas na revisão da literatura nacional e internacional.

O exemplo do caso abordado no artigo remete soluções que parcerias entre empresas privadas e organizações da sociedade civil podem resultar em benefícios às populações mais afetadas pelas operações manufatureiras. A literatura pesquisada e comentada durante o artigo confirma essa tendência.

Iniciativas como essa geram benefícios para toda a sociedade: a todos que participaram diretamente do projeto, principalmente os aplicadores de defensivos agrícolas e mesmo àqueles que, indiretamente ou como consequência, são envolvidos nesses negócios, desde as lojas de venda de produtos agroquímicos até o consumidor final de hortaliças, que experimentará um alimento seguro e saudável. Acrescentado a tudo isso, a iniciativa também contribuiu para a preservação do meio ambiente com o incentivo ao destino correto das embalagens vazias dos defensivos agrícolas, obtendo como consequência a construção de um armazém para essa finalidade.

Referência bibliográfica

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável- da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Norma Regulamentadora nº 31 de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Diário Oficial da União de 04 de março de 2005. Disponível em [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR-31%20\(atualizada\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR-31%20(atualizada).pdf). Acesso em 12/03/13.

KING, A.A.; LENOX, M.J. Industry Self-Regulation without Sanctions: The Chemical Industry's Responsible Care Program. **The Academy of Management Journal**, v.43, n.4, p.698-716, August 2000.

ORSATO, R.J. Competitive Environmental Strategies: When Does It Pay to Be Green? **California Management Review**, v.48, n.2, p. 127-141, 2006.

PEREZ-ALEMAN, P.; SANDILANDS, M. Building value at the top and the bottom of the global supply chain. **California Management Review**. V. 51, n.1, p.24-49, 2008.

PORTER, M.; KRAMER, R. Creating Shared Value. **Harvard Business Review**. p. 62-77. January-February 2011.

PRAHALAD, C.K. **A Riqueza na Base da Pirâmide: erradicando a pobreza com lucro**. Tradução de André de Godoy Vieira. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PRAHALAD, C.K.; HAMMOND, A. Serving the World's Poor, Profitably. **Harvard Business Review**, p.48-57, September 2002.

REINHARDT, F. Market Failure and the Environmental Policies of Firms: Economic Rationales for 'Beyond Compliance' Behavior. **Journal of Industrial Ecology**, v.3, n.1, p.9-21, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 07/03/13.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Mapa dos municípios do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1998. Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/gsp/gsp.asp>. Acesso em: 07/03/13.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.